

# CONTRATO DE FINANCIAMENTO

## CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Recurso

Apelação. 2.

### BANCO — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONFISSÃO DE DÍVIDA - MULTA - NULIDADE

#### EMENTA

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de ..... Autos Processuais n..... Embargante: ..... e outros Embargado: ....., todos já identificados nos autos processuais supra enumerados, por seu bastante procurador judicial, infra-assinado, com o devido acato e respeito VÊM perante Vossa Excelência interpor R E C U R S O D E A P E L A Ç Ã O por "data venia" entender merecedor de reparos o r. decidere prolatado às fls. 342 e ss do caderno processual de Embargos do Devedor, movido em face de BANCO DO ESTADO DO ....., instituição financeira também ali identificada, fazendo-o nos exatos termos permitidos pelo Direito vigente, esperando, ao final, ver providas suas razões de ingresso pelo Egrégio Tribunal ad quem. Isto posto, permite-se R E Q U E R E R Seja na exata forma legal, recebido e processado o presente Recurso de Apelação, restando intimado o embargado para oferecimento de suas contra-razões, conferindo-se ao presente os efeitos devolutivo e suspensivo e ordenando-se a remessa e, seqüencialmente, Após o anterior, sejam os presentes autos processuais enviados ao Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do ....., onde, por uma de suas Doutas Câmaras será o mesmo apreciado, restando efetuada a reforma integral do r. decisório objeto. Nestes Termos, Conferindo ao presente o valor, para efeitos fiscais de R\$ ....., Pede Deferimento. De ..... p/ ....., aos ..... p.p. .... OAB/..... Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do ..... Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Relator da ..... Câmara Cível deste Egrégio Tribunal. APELANTE: ....., pessoa jurídica de Direito Privado, com sede social na Cidade e Comarca de ....., à Rua ....., nº ....., devidamente inscrita pelo CNPJ sob nº ....., ....., brasileiro, casado, inscrito pelo CPF/MF sob nº ....., residente e domiciliado nesta Comarca, à Rua ....., nº ....., e ainda, ....., brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº ....., residente e domiciliado em esta Comarca, na Rua ....., nº ....., todos devidamente representados por seu bastante procurador judicial, Dr. ....., advogado regularmente inscrito pela OAB/..... sob nº ....., com escritório profissional em ....., à Avenida ....., nº .....

APELADO: ....., instituição financeira com sede social em ....., à Rua ....., nº ....., ....., devidamente inscrita pelo CNPJ sob nº ....., por seu bastante procurador judicial, Dr. ....., advogado regularmente inscrito pela OAB/..... sob nº ....., com escritório profissional em ....., à Rua ....., nº .....

..... RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO Eméritos Julgadores! 1 - DA TEMPESTIVIDADE Os apelante foram intimados da decisão em ....., quinta-feira, encerrando-se o prazo para apelar em ....., ou seja, dez dias normais para manifestação, mais três dias em decorrência de os autos estarem em Comarca do Interior. Com a superveniência de período de Férias Forenses, foi suspenso o decurso dos prazos processuais entre os dias ..... a ....., os quais voltaram a fluir a partir de .... de ..... de ....., quinta-feira, primeiro dia útil após as férias. O Código de Processo Civil, quanto à contagem dos prazos, legisla: "Art. 179. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo, o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias." "Art. 184 - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento. § 2º Os prazos somente começam a correr do 1º (primeiro) dia útil após a intimação (art. 240 e parágrafo único)." Assim, obedecido o prazo para apelação, deverão estas ser devidamente conhecidas e, em decorrência de seus termos, providas, determinando pela reforma parcial do r. decidere de 1ª instância. 1. FATOS NECESSÁRIOS. O

apelado adentrou com feito executório perante este Douto Juízo de Direito em face dos aqui apelantes, embasado em "Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida e Forma de Pagamento e Outras Avenças", este de nº ....., firmada aos ....., no valor original de R\$ ..... A contratação objeto do procedimento teve origem e